



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

Registro de preços para aquisição futura e eventual de material permanente - geladeira, bebedouro e poltrona plus size.

2- JUSTIFICATIVA

A necessidade de aquisição de geladeira se dá em face de constante problema e manutenção da geladeira presente na copa da SJRR, a qual por fim queimou em decorrência das quedas de energia ocorridas em tempo de fortes chuvas e vento.

A necessidade de aquisição dos bebedouros se dá pela necessidade de fornecimento dos mesmos a fim de garantir o disponibilidade de água mineral aos usuários internos e externos, somado a isso leva-se em conta frustração na compra presente no processo 0001244-78.2021.4.01.8013 cuja empresa fornecedora não honrou o pedido realizado.

A necessidade de aquisição de poltrona "plus size" se dá em razão de haver servidores com peso acima do recomendado nas poltronas atuais presentes na SJRR. Somado a isso houve tentativas de compra as quais restaram fracassadas nos processos 0000599-58.2018.4.01.8013 - 000534-29.2019.4.01.8013.

Não há contrato ou ARP vigente para os materiais.

3- FINALIDADE

Os bens serão postos em disponibilidade aos clientes internos e externos da SJRR, para propiciar o atendimento adequado ao jurisdicionado, assim como melhorar padrão ergonômico e facilitação do trabalho para os servidores e colaboradores internos, por conseguinte ganho em satisfação, valorização, motivação e eficiência.

4- LICITAÇÃO

Não sendo o caso de dispensa ou inexigibilidade de que tratam os art. 24, e 25, da LLCA, o procedimento licitatório ocorrerá por Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

4.1– Tipo Licitatório – **Menor Preço**;

4.2 - Para a definição do menor preço, será utilizada a *tecnologia melhor preço*, conjugando-se a qualidade, durabilidade, funcionalidade e desempenho;

4.3 - A adjudicação por item.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIARIA DE RORAIMA

5 - FORMAÇÃO DO PREÇO

Para a formação do preço será realizada pesquisa de mercado, a partir de no mínimo três orçamentos e estabelecimento de preço médio.

6 - FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

Trata-se de contrato administrativo por escopo em que o contratado se sujeita a uma prestação determinada cuja execução culminará no exaurimento dos efeitos do negócio firmado.

Porém, a critério da Administração será elaborado: Termo de Contrato; Carta Contrato, Nota de Empenho de Despesa, Autorização de Compra ou termo equivalente.

7 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos específicos e observarão os limites orçamentários.

8 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ITEM	QTD	COD. SIASG	ESPECIFICAÇÃO
1.	1	BR0138622	GELADEIRA/REFRIGERADOR INVERTER 431L BRANCO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - VOLTAGEM: 127V - ACABAMENTO DA PORTA: BRANCO - TIPO: 2 PORTAS - ALARME DE PORTA ABERTA: SIM - CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: A - CAPACIDADE BRUTA CONGELADOR : 151L - CAPACIDADE BRUTA REFRIGERADOR (L): 310L - CAPACIDADE DE CONGELAMENTO (KG/24H): 8 - CAPACIDADE LÍQ. CONGELADOR (L): 128L - CAPACIDADE LIQ. REFRIGERADOR (L): 303L - CAPACIDADE TOTAL BRUTA (L): 461L - CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO (L): 431L - CESTA PORTA OVOS: SIM - COMPARTIMENTO CONGELAMENTO RÁPIDO: SIM - COMPARTIMENTO EXTRA FRIO: SIM - CONSUMO DE ENERGIA (W): 49,8 - CONTEÚDO DA EMBALAGEM: EMBALAGEM EM EPS, COM SACO PLASTICO EM PEBD - COR DA PORTA: BRANCO - COR DO GABINETE: BRANCO - DEGELO AUTOMÁTICO: SIM - FREQUÊNCIA (HZ): 60 - ILUMINAÇÃO INTERNA: SIM



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIARIA DE RORAIMA

			<ul style="list-style-type: none">- LARGURA (EMBALADO) (MM): 735- MAQUINA DE GELO AUTOMÁTICA: SIM- MATERIAL DAS PRATELEIRAS: VIDRO TEMPERADO- PAINEL DIGITAL: SIM- PÉS NIVELADORES: SIM- PÉS REGULÁVEIS: SIM- PESO EMBALADO (KG): 69- PRATELEIRAS DE VIDRO TEMPERADO: SIM- PRATELEIRAS NA PORTA: SIM- PRATELEIRAS REMOVÍVEIS: SIM- PUXADORES: SIM- QUANTIDADE DE PORTAS: 2- RECIPIENTE PARA GUARDAR GELO: SIM- RODÍZIOS: SIM- SEPARADOR DE GARRAFAS: SIM- SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO: FROST FREE- TECNOLOGIA: FROST FREE- TEMPERATURA DO CONGELADOR (OC): -18- TEMPO MÁXIMO DE CONSERVAÇÃO S/ENERGIA (H): 8- TOTAL DE PRATELEIRAS: "PRATELEIRAS INTERNAS: 3 PRATELEIRAS NA CONTRA PORTA: 7."- DIMENSÕES DO PRODUTO (LXAXP): 70 X 176 CM X 73.2 CM- PESO DESEMBALADO (KG): 67 KG- GARANTIA: 12 MESES
2.	3	BR0068608	BEBEDOURO ELÉTRICO, PARA GARRAFÃO DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS DE COLUNA (PEDESTAL), ÁGUA GELADA E NATURAL, VOLTAGEM 110V, POTÊNCIA APROXIMADA 90W, GÁS R134A, DIMENSÕES APROXIMADAS 98X32X33CM (AXLXP), RESFRIAMENTO MÍNIMO DE 2L/H, TERMOSTATO PARA REGULAGEM DA TEMPERATURA, SERPENTINA DE RESFRIAMENTO EXTERNO A CUBA, GABINETE EM CHAPA TRATADA CONTRA CORROSÃO E PINTURA ELETROSTÁTICA, TAMPO SUPERIOR E FRONTAL EM POLIESTILENO DE ALTO IMPACTO, DEPÓSITO DE ÁGUA EM POLIETILENO ATÓXICO, TORNEIRAS DESMONTÁVEIS E DE ALTA VAZÃO, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, BANDEJA REMOVÍVEL PARA LIMPEZA, SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO, ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.
3.	3	BR0014320	POLTRONA GIRATÓRIA PLUS SIZE ERGONÔMICA PARA TAMANHOS ESPECIAIS COM CAPACIDADE DE SUPORTE DE NO MÍNIMO 150 KG; ESTRUTURA REFORÇADA E ANATÔMICA; ATENDA AS NORMAS NR17 E NBR ABNT 13962. COMPONENTES: SUPORTE MÍNIMO DE CARGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIARIA DE RORAIMA

			PARA 150 KG; REGULAGEM DE ALTURA DO ENCOSTO; REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO COM PISTÃO A GÁS; SISTEMA BACK SYSTEM; ESTRUTURA PRETA, PINTURA EPÓXI PRETO. ESPUMA INJETADA, COM ALTA RESISTÊNCIA; - CONTRA CAPA PROTETORA NO ASSENTO E ENCOSTO; - ASSENTO E ENCOSTO COM CURVATURAS ERGONÔMICAS; ACESSÓRIOS QUE PERMITEM A REGULAGEM TOTAL DA CADEIRA DE ACORDO COM O BIOTIPO DE CADA USUÁRIO; ; BASE GIRATÓRIA COM 05 RODÍZIOS; PRODUTO DENTRO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS DE ERGONOMIA; PRODUTO DENTRO DAS NORMAS ABNT DIMENSIONAS; PRODUTO DENTRO DAS NORMAS ABNT RESISTÊNCIA; - ACOMPANHA CERTIFICADO DE GARANTIA E MANUAL DE ERGONOMIA.
--	--	--	---

9 - GARANTIA

O período de garantia será de no mínimo 1 ano. O prazo de garantia será contado a partir da data do Recebimento Definitivo do objeto.

Não será prevista contratação com garantia estendida. Salvo sem custos para a administração.

10 - VÍCIOS OCULTOS

O defeito embrionário cuja existência não se pôde revelar no momento da tradição (entrega), que torne o bem imprestável para o uso ou tenha seu valor diminuído, percebido até 180 dias após o recebimento definitivo, impõe a substituição do objeto, no prazo máximo de quinze dias, sob pena de descumprimento integral do contrato.

11 - RESPONSABILIDADES SOCIO AMBIENTAL

a) O procedimento observará em todas as fases as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, bem como a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, **SOMENTE ATRAVÉS DE PAPEL RECICLADO**.

b) Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

c) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIARIA DE RORAIMA

como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

12 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos do Art. 67, da LLCA, o representante da contratante é o Supervisor da Seção de Material e Patrimônio – SEMAP, a quem compete o recebimento do material e o gerenciamento do contrato.

13 - DA ENTREGA

O fornecimento do objeto será integral.

13.1 - prazo

O prazo para a execução do contrato será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da confirmação do recebimento do pedido de fornecimento.

13.2 - Local

Os materiais deverão ser entregues na Seção de Material e Patrimônio - SEMAP, da Seção Judiciária de Roraima, situada na Avenida Getúlio Vargas, 3999 – Bairro Canarinho – Boa Vista – Roraima.

14 - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO

O objeto somente será recebido se não apresentar defeito de funcionamento, avarias ou vícios que o torne imprestável para o uso ou diminua seu valor.

O fiscal do contrato avaliará o objeto e atestará a não percepção de defeitos aparentes que possam permitir a recusa.

14.1 - Recebimento Provisório

O recebimento provisório do material não implica transferência definitiva da posse ou tradição. Até esse momento o objeto será considerado como simples AMOSTRA e como condição de classificação e posse provisória.

14.2 - Recebimento Definitivo

Resultará na liberação do contratado em relação ao cumprimento da obrigação de entregar o objeto.

Antes de formalizar o recebimento definitivo, o fiscal do contrato elaborará relatório minucioso sobre o estado e funcionamento, recusando imediatamente aquele material que apresentar vício perceptível que o torne o objeto imprestável para o uso a que se destina ou diminua seu valor.



15 - OS PRODUTOS SERÃO RECUSADOS NOS SEGUINTE CASOS

15.1 Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas na proposta da Contratada;

15.2 Quando entregues com especificações diferentes do que fora apresentado à Seção Judiciária de Roraima, a título de amostra;

15.3 Quando apresentarem qualquer defeito durante a verificação de conformidade.

15.4 A Contratada deverá providenciar a substituição dos produtos recusados, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da comunicação, por ofício, feita pela Seção Judiciária de Roraima.

16- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 O fornecedor se obriga a entregar corretamente os produtos com as especificações, preços e prazo previamente ajustados, observando-se as quantidades empenhadas.

16.2 Observar as normas legais a que está sujeita para o fornecimento dos produtos.

16.3 Apresentar nota fiscal no valor do total fornecido e acompanhada das certidões de regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista (Receita Federal - INSS, Dívida Ativa da União, FGTS e Débitos Trabalhistas), e dos dados bancários atualizados para realização do crédito.

16.4 Sujeitar-se à fiscalização, por parte da Seção Judiciária de Roraima (SJRR), no cumprimento e execução da Ata de Registro de Preços.

17 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada, nos casos de atraso injustificado assim considerado pela Administração, ou de inexecução parcial ou ainda de inexecução total da obrigação, ficará sujeita, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIARIA DE RORAIMA

17.1 - A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002.

17.2 - As penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 17 poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa prevista na alínea “b” do mesmo item.

17.3 - As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” acima também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

17.4 - Caso a empresa vencedora se recuse a anexar proposta de preços nos termos do Edital, a assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo indicado ou ainda a dar o recebimento no empenho, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea “b” do item 17, no percentual de 10% sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a pena prevista na alínea “c” do mesmo item.

17.5 - O atraso injustificado na entrega/execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual sujeitará a Contratada à multa de **0,33%** por dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

17.6 - Após esse prazo, será reconhecida a recusa do fornecedor, podendo a Administração considerar rescindido o contrato e aplicar a multa prevista no item 17.8 deste instrumento, sem prejuízo de outras penalidades previstas no item 17.

17.7 - Nas hipóteses em que não esteja fixado previamente o termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese em que estará sujeita à sanção prevista no subitem 17.6.

17.8 - A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas no item 17.

17.9 - A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato; ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIARIA DE RORAIMA

17.9.1 - A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

17.9.2 - O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta nesta cláusula será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

17.9.3 - Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 17.5.

17.10 - O valor da multas poderá ser deduzido dos créditos porventura existentes em favor da Contratada. No caso de inexistência de créditos, o valor das multas devidas à Contratante deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para recolhimento, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei 8.666/1993).

17.11 - A aplicação das penalidades previstas neste instrumento será precedidas de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa e ensejarão seu registro no SICAF.

17.12 - Caberá recurso, em relação ao ato que aplicar quaisquer das penalidades previstas neste instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

18 - SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da contratante.

19 - PAGAMENTO

Concluído o objeto do contrato, os valores devidos serão pagos mediante depósito em conta-corrente do contratado, após a apresentação de Nota Fiscal, em duas vias, constando o nome do banco, agência, número da conta, a nota de empenho, CGC e dados pessoais do contratado.

Atendendo a Instrução Normativa RFB 1.234/2012, solicitamos que a empresa encaminhe a Declaração de Optante pelo Simples para que possamos realizar o pagamento da nota fiscal ou fatura.

Caso a empresa não seja Optante ou não apresente a declaração, o IR será retido no ato do pagamento.



20 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em respeito ao princípio da reciprocidade, celeridade, buscando eficiência e a melhor escolha para a consecução do interesse público, serão permitidas as aquisições ou contratações adicionais derivadas de adesões à Atas de Registro de Preços nos termos do Decreto 7.892/2013:

- a) A contratação não poderá exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- b) Fica impossibilitada a adesão quando o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, alcançar o dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- c) Após a autorização de adesão, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- d) Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à Justiça Federal em Roraima.

14/09/2022

Pedro Ernesto Lopes Justen
Supervisor da SEMAP-RR